

11 ABR 1986

Senado quer legalizar 800 do "trem da alegria"

Brasília — A mesa do Senado Federal enviou aos 69 senadores um minucioso substitutivo para legalizar a situação funcional de mais de 800 **passageiros do Trem da Alegria**, funcionários contratados em concurso público, nos últimos anos, como comissionados ou prestadores de serviços. Dentre os 800 estão incluídos 150 secretários e assessores parlamentares, admitidos em cargos de confiança nos gabinetes.

O substitutivo, que deverá ser submetido à aprovação do plenário nos próximos dias, representa a segunda tentativa feita pela mesa para incorporar esses funcionários no quadro permanente dos servidores do Senado. A primeira investida em favor da legalização foi feita no final do ano passado, com os projetos de resolução 149 e 150, bloqueados por mais de 20 emendas apresentadas pelos senadores.

Agora, o substitutivo praticamente repete o projeto anterior, sem qualquer correção de falhas apontadas por funcionários antigos do Senado, irritados com a iniciativa. Uma dessas irregularidades é a determinação do pagamento de um adicional de 20% em cada hora de trabalho dos funcionários do Senado pela prestação de serviço extraordinário. Acontece que os quase seis mil empregados ali já recebem, trabalhando ou não, 120 horas extras mensais.

Um dos funcionários antigos garante que boa parte do **trem da alegria** se localiza no Departamento de Obras, onde um dos **passageiros** é Aldo Assumpção Zagonel dos Santos, filho do diretor-geral do Senado, Lourival Zagonel.

O filho do diretor foi contratado no dia 3 de outubro e, com o substitutivo, passará a funcionário efetivo do Senado, no cargo de engenheiro, conforme denúncia de antigos servidores. Esta possibilidade de reclassificação, mediante provas internas, sem abertura das vagas, beneficiará também Joabson Cau, advogado, sobrinho e sócio do escritório do tio, o ex-ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel.

O 2º vice-presidente, senador Passos Porto (PDS-SE), argumenta, por exemplo, que o substitutivo impedirá futuras contratações, passando a determinar que só o concurso público permitirá o ingresso de novos empregados na casa. Ele elogia o senador José Fragelli, presidente da mesa, por ter abdicado do direito de fazer contratações. Um dos funcionários lembra, porém, que a obrigatoriedade do concurso público é constitucional e nem por isto vem sendo respeitada no Senado.

Segundo ele, o enquadramento de agora vai beneficiar até mesmo contratados pelo senador Moacyr Dalla (PDS-ES), o ex-presidente do Senado que admitiu 1 mil 500 funcionários na gráfica.